



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS

GERENCIAMENTO DE RISCOS

Processo Administrativo Eletrônico nº 5916/2023

Objeto: contratação de serviços de apoio administrativo para realização de análise de processos e documentos na área contábil.

1. OBJETIVO

1.1. Têm por objetivo o presente Gerenciamento de Riscos identificar os eventos que ensejam riscos e os impactos associados desde o planejamento da aquisição até o encerramento do contrato e estudar as soluções aplicáveis para fins de controle, prevenção e mitigação de acordo com as disposições contidas nos arts. 25 e 26 da IN 5/2017 – SEGES/MPDG; Resolução TSE nº 23.702/2022 e Resolução TRE/RN nº 17/2017.

1.2 Por se tratar de serviço de caráter contínuo e que envolve apoio administrativo na área contábil, que nunca foi contratado, há de se dar atenção à tramitação do processo, sobretudo pela novidade dessa demanda.

1.3 Trata-se de uma contratação prioritária para o TRE/RN como demonstrado nos Estudos Técnicos Preliminares, pela necessidade de análise de documentação contábil e inexistência do cargo de técnico em contabilidade no TRE/RN.

1.4 Segue mapa de riscos com as ações a serem adotadas pelas unidades competentes visando minimizar o risco ou sanar/reduzir os impactos, no caso de ocorrência.

MAPA DE RISCOS

Fase	Descrição do Risco	Possibilidade de ocorrência do risco	Dano que pode ser causado, na ocorrência do risco	Impacto	Ação preventiva	Ação de contingência
1	1 - Contratação de serviços inerentes às categorias funcionais	B	1 - Contratação ilegal à luz do disposto no Decreto nº 9.507/2018,	MA	1 - Leitura atenta das vedações contidas no Art. 3º do Decreto nº 9.507/2018, Art. 12 Res. TSE nº	1 - Promover alteração qualitativa no contrato para adequar as



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS

Fase	Descrição do Risco	Possibilidade de ocorrência do risco	Dano que pode ser causado, na ocorrência do risco	Impacto	Ação preventiva	Ação de contingência
	abrangidas pelo plano de cargos do TRE/RN.		Resolução TSE nº 23.702/2022 e jurisprudência do TCU. 2- Impacto nos cálculos das despesas com pessoal no Relatório de Gestão Fiscal, conforme dispõe o § 1º do art 18 da LC 101/2020 (Lei de Responsabilidade Fiscal).		23.702/2022 e acórdãos do TCU. Resp: Equipe de Planejamento. 2 - Deixar claro nos artefatos da fase de planejamento da contratação que os serviços serão de apoio/auxílio, devendo as atividades relativas ao planejamento, pareceres técnicos, decisões, e outras de cunho estratégico serem de responsabilidade dos servidores. Resp: Equipe de Planejamento. 3 - Consulta ao CBO (Código Brasileiro de Ocupações), Decreto-lei nº 9.295/46, Resolução CFC nº 1.640/2021 e Resolução TSE nº 20.761/2000 para fins de seleção de profissional não abrangido pelo plano de cargos do TRE/RN. Resp: Equipe de Planejamento. 4 - Consulta prévia à Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral para analisar os Estudos Técnicos Preliminares e Termo de Referência quanto aos aspectos da legalidade na escolha da categoria profissional e da seleção dos	atividades dos terceirizados de acordo com a legislação. Não sendo possível, promover a extinção imediata do contrato. Resp: Administração.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS

Fase	Descrição do Risco	Possibilidade de ocorrência do risco	Dano que pode ser causado, na ocorrência do risco	Impacto	Ação preventiva	Ação de contingência
					serviços que serão exigidos da futura contratada. Resp: Equipe de Planejamento.	
1	1 - Contratação de quantitativo de profissionais superior às necessidades. 2 - Adoção de carga horária de trabalho superior às necessidades.	M	1 - Superfaturamento do contrato. 2 - Profissionais ociosos.	MA	1 - Reuniões com as unidades envolvidas na contratação para mapeamento dos serviços, definição do quantitativo e carga horária adequados. Resp: Equipe de Planejamento. 2 - Leitura atenta da CCT correspondente à categoria profissional no que diz respeito a carga horária de trabalho a ser exigida do terceirizado. Resp: Equipe de Planejamento. 3 - Adoção do modelo de “central de serviços contábeis” com vistas a melhor distribuição das atividades evitando a ociosidade do terceirizado. Resp: Equipe de Planejamento.	1 - Alterar o contrato para adequá-lo às reais necessidades do TRE/RN e, em não sendo possível, promover a sua extinção. Resp: Administração. 2 - Suprimir o contrato quantitativamente em até 25% do valor total. Resp: Equipe de Fiscalização e Administração.
1	1 - Contratação de quantitativo de profissionais inferior às necessidades.	M	1 - Serviços não serão executados nos prazos exigidos. 2 - Provável queda na qualidade dos	A	1 - Reuniões com as unidades envolvidas na contratação para mapeamento dos serviços, definição do quantitativo e carga horária adequados.	1 - Acionamento dos pacotes de serviços adicionais. Resp: Equipe de fiscalização.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS

Fase	Descrição do Risco	Possibilidade de ocorrência do risco	Dano que pode ser causado, na ocorrência do risco	Impacto	Ação preventiva	Ação de contingência
			serviços executados pela baixa quantidade de terceirizados a disposição.		<p>Resp: Equipe de Planejamento.</p> <p>2 - Previsão no planejamento da contratação do acionamento eventual de pacotes mensais de serviços adicionais para minimizar ou suprir possível carência de mão de obra.</p> <p>Resp: Equipe de Planejamento.</p>	<p>2 - Acréscimo percentual de até 25% do valor total do contrato.</p> <p>Resp: Equipe de Fiscalização.</p>
1	1 - Sobrecarga de trabalho dos servidores por falta de pessoal para execução de atividades acessórias na área contábil.	MA	1 - Prejuízo ao erário por perda de prazos ou má execução de atividades de apoio na área contábil.	MA	<p>1 - Conforme consultoria realizada pela AUDI do TRE/RN (processo nº 13224/2022) foi apontada a terceirização de mão de obra como uma das formas de recomposição da força de trabalho.</p> <p>Resp: Administração.</p>	Não há.
2	1 - Erro no estabelecimento do valor estimado.	MB	<p>1 - Contratação superfaturada, no caso de valor estimado com sobrepreço.</p> <p>2 - Licitação deserta ou fracassada, no caso de valor estimado subdimensionado.</p>	MA	<p>1 - Indicar no termo de Referência a Convenção Coletiva de Trabalho da categoria profissional que for utilizada na pesquisa de preços.</p> <p>Resp: Equipe de Planejamento.</p> <p>2 - Ler toda a Convenção Coletiva indicada no Termo de Referência, analisando o salário e os benefícios obrigatórios.</p>	<p>1 - No caso da contratação ser efetivada, deverá ser proposta redução no valor do contrato a níveis compatíveis com o mercado ou extinção contratual.</p> <p>Resp: Equipe de Fiscalização e Administração.</p> <p>2 - No caso de fracasso da</p>



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS

Fase	Descrição do Risco	Possibilidade de ocorrência do risco	Dano que pode ser causado, na ocorrência do risco	Impacto	Ação preventiva	Ação de contingência
					<p>Resp: SETEC.</p> <p>3 - Preencher cuidadosamente a planilha de custos e formação de preços, identificando os campos de pagamento obrigatório.</p> <p>Resp: SETEC.</p> <p>4 - A pesquisa de preços deverá ser realizada com base na IN nº 5/2017 - MPDG e IN nº 65/2021 – SEGES/ME.</p> <p>Resp: SETEC.</p>	<p>licitação, deverá ser realizado novo procedimento de contratação, com nova pesquisa de preços corrigindo os vícios existentes.</p> <p>Resp: Equipe de Planejamento e SETEC.</p>
2	1 - Falta de interesse do mercado no objeto da licitação.	MB	1 - Contratação deserta ou fracassada.	MA	<p>1 - No Termo de Referência, exigir apenas os documentos de habilitação previstos na Lei nº 14.133/2021, IN nº 5/2017 - SEGES/MPDG e normas específicas do objeto, como as resoluções do CRC.</p> <p>Resp: Equipe de Planejamento.</p> <p>2 - Para fins de contratação, adotar no Termo de Referência apenas as exigências necessárias. Evitar, por exemplo, cláusula de reserva geográfica e permitir subcontratação parcial, se cabível.</p> <p>Resp: Equipe de Planejamento.</p> <p>3 - Consultar previamente o mercado.</p>	<p>1 - Consultar o mercado a fim de conhecer os motivos do desinteresse e realizar novo procedimento de contratação, excluindo do Termo de Referência as exigências restritivas.</p> <p>Resp: Equipe de Planejamento.</p>



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS

Fase	Descrição do Risco	Possibilidade de ocorrência do risco	Dano que pode ser causado, na ocorrência do risco	Impacto	Ação preventiva	Ação de contingência
					<p>Resp: Equipe de Planejamento.</p> <p>4 - Divulgação ostensiva do edital nos canais de comunicação do TRE/RN e envio aos órgãos de classe da categoria (Conselho e Sindicato).</p> <p>Resp: Equipe de Planejamento.</p>	
3	1 - Contratada atrasa pagamento aos seus funcionários.	M	<p>1 - Possíveis demandas judiciais pelos atrasos nos pagamentos aos funcionários terceirizados.</p> <p>2 - Insatisfação dos funcionários pelo atraso no pagamento já que se trata de direito líquido e certo receber o salário e demais benefícios dentro do prazo previsto em lei e no contrato trabalhista.</p>	A	<p>1 - Prever no Termo de Referência a aplicação de sanções administrativas para o caso de atraso no pagamento por parte da contratada aos seus funcionários.</p> <p>Resp: Equipe de Planejamento.</p> <p>2 - Prever no Termo de Referência a possibilidade do TRE/RN pagar o salário e demais benefícios diretamente aos funcionários terceirizados.</p> <p>Resp: Equipe de Planejamento.</p> <p>3 - Exigir no Termo de Referência que a contratada providencie a abertura de conta vinculada.</p> <p>Resp: Equipe de Planejamento.</p>	<p>1 - Realizar o pagamento diretamente aos terceirizados, nos termos previstos no Edital do certame licitatório e no contrato.</p> <p>Resp: Equipe de Fiscalização, SEGECE e Administração.</p> <p>2 - Oficiar a empresa contratada alertando para a possibilidade de extinção contratual caso a situação venha a se repetir e aplicar as sanções administrativas cabíveis.</p> <p>Resp: Equipe de Fiscalização e AJDG.</p>



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS

Fase	Descrição do Risco	Possibilidade de ocorrência do risco	Dano que pode ser causado, na ocorrência do risco	Impacto	Ação preventiva	Ação de contingência
					4 - Indicar no Termo de Referência cláusula que exija da contratada o pagamento aos funcionários dos valores vigentes em convenção coletiva, independentemente do pedido de repactuação. Resp: Equipe de Planejamento.	
3	1 - Falta de apoio administrativo na área contábil.	MA	1 - Demanda judicial por falta ou erro em análise de documentação trabalhista em contratações de terceirização com mão de obra residente. 2 - Erro na retenção de tributos por falta de apoio na realização da tarefa.	MA	1 - Propor a contratação de serviços de apoio na área contábil. Resp: Administração.	Não há.
3	1 - Prática de assédio promovida pelo TRE/RN contra os funcionários terceirizados.	MB	1 - Insatisfação dos funcionários pelo dano moral sofrido, podendo ocorrer judicialização quanto ao assédio praticado.	MA	1 - Prever no Termo de Referência a necessidade de conhecimento por parte dos funcionários da contratada da política de combate ao assédio promovida pelo TRE/RN. Resp: Equipe de Planejamento. 2 - Estudar a legislação e regulamentação sobre o tema	1 - Intensificação da fiscalização contratual para conscientizar o servidor que estiver praticando assédio contra o funcionário terceirizado. Resp: Equipe de Fiscalização.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS

Fase	Descrição do Risco	Possibilidade de ocorrência do risco	Dano que pode ser causado, na ocorrência do risco	Impacto	Ação preventiva	Ação de contingência
					em fontes como CNJ, TSE e TCU. Resp: Equipe de Planejamento. 3 - Campanha de divulgação interna. Resp: Administração.	
3	1 - Insatisfação dos profissionais com o baixo salário a ser pago.	A	1 - Profissionais em busca de melhores condições salariais, provocando alta rotatividade nos postos de trabalho.	A	1 - Procura por uma CCT com melhores condições salariais. Resp: Equipe de Planejamento.	Não há.
3	1 - Terceirizado realizar atividades não previstas em contrato (desvio de função)	M	1 - Prejuízo na execução dos serviços que estão previstos em contrato. 2 - Insatisfação dos profissionais com possibilidade de judicialização.	MA	1 - As atribuições dos terceirizados deverão estar de acordo com as resoluções do CFC notadamente a de nº 1.640/2021 bem como o Decreto-Lei nº 9.295/46. Resp: Equipe de Planejamento. 2 - Será prevista no Termo de Referência a função de supervisão, na qual o profissional fará uma triagem prévia dos serviços a serem executados. Resp: Equipe de Planejamento.	1 - A contratada será orientada a expor de imediato a fiscalização qualquer atividade que for solicitada e não esteja prevista em contrato. Resp: Equipe de Fiscalização.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS

Fase	Descrição do Risco	Possibilidade de ocorrência do risco	Dano que pode ser causado, na ocorrência do risco	Impacto	Ação preventiva	Ação de contingência
3	1 - Relação de pessoalidade e subordinação entre Contratante e empregados da Contratada que possam caracterizar relação empregatícia.	B	1 - Reconhecimento do vínculo empregatício pela Justiça Trabalhista levando a prejuízo ao erário.	MA	<p>1 - Para evitar a pessoalidade (um dos elementos da relação de emprego), os profissionais irão laborar em ambiente exclusivo, separado das unidades interessadas no objeto. Para tanto, o TRE/RN preparará local adequado para a realização dos serviços.</p> <p>Resp: Administração.</p> <p>2 - Visando evitar a subordinação direta (outro elemento da relação de emprego), os serviços serão solicitados ao supervisor da contratada que fará a triagem e junto com a equipe de terceirizados definirá o método adequado de execução.</p> <p>Resp: Equipe de Planejamento.</p> <p>3 - De acordo com a IN nº 05/2017 - SEGES/MPDG será estabelecido no Termo de Referência as atividades a serem executadas pelos terceirizados como forma de evitar a subordinação jurídica.</p> <p>Resp: Equipe de Planejamento.</p>	<p>1 - O STF adotou entendimento da impossibilidade de vínculo empregatício entre terceirizado e a Administração Pública, diferentemente do entendimento adotado pelo TST. Caso o vínculo empregatício seja reconhecido pela Justiça Trabalhista, a União deverá recorrer ao STF.</p> <p>Resp: Administração.</p>
3	1 - Empresa contratada indicar profissionais inabilitados ou	M	1 - Baixa qualidade dos serviços executados.	MA	<p>1 - Indicar no Termo de Referência o IMR - Índice de Medição de Resultado com possibilidade de glosa no pagamento para serviços</p>	<p>1 - Glosar o pagamento de acordo com o IMR.</p>



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS

Fase	Descrição do Risco	Possibilidade de ocorrência do risco	Dano que pode ser causado, na ocorrência do risco	Impacto	Ação preventiva	Ação de contingência
	com pouca experiência.		2 - Prejuízo na fiscalização dos contratos com mão de obra terceirizada e outras atividades decorrentes do objeto contratual.		entregues com qualidade inferior ao mínimo exigido. Resp: Equipe de Planejamento. 2 - Indicar no Termo de Referência entre as condições da contratação a habilitação do profissional bem como a experiência mínima necessária. Resp: Equipe de Planejamento. 3 - Fiscalizar se a qualificação do profissional indicado pela contratada está de acordo com o exigido em Edital. Resp: Equipe de Fiscalização.	Resp: Equipe de Fiscalização e Administração.
3	Interrupção da execução do contrato pela contratada.	B	1 - Serviços não serão executados ocasionando prejuízo ao TRE/RN.	MA	1 - Previsão no Termo de Referência da garantia contratual. Resp: Equipe de Planejamento. 2 - Previsão em Edital de critérios de habilitação econômico-financeira. Resp: Equipe de Planejamento. 3 - Previsão no Termo de Referência de aplicação das sanções administrativas cabíveis.	1 - Acionamento da garantia contratual. Resp: Administração.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS

Fase	Descrição do Risco	Possibilidade de ocorrência do risco	Dano que pode ser causado, na ocorrência do risco	Impacto	Ação preventiva	Ação de contingência
					Resp: Equipe de Planejamento.	

Fase 1: Planejamento da contratação, 2: Seleção do fornecedor, 3: Gestão do contrato

Tabela de Gradação (Possibilidade de ocorrência do risco e Impacto):

MA - Muito Alto, A - Alto, M - Médio, B - Baixo, MB - Muito Baixo

Natal/RN, 20 de novembro de 2023

Gildásio Sales da Silva

Integrante Demandante

Lindaci de Albuquerque Maranhão da Silva

Integrante Técnico, em substituição

Ernesto Leça Pinto

Integrante Administrativo